

A ECONOMIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: ONTEM E HOJE¹

André da Silva Pereira²

SINOPSE

No artigo tem-se como objetivo analisar o processo de perda de participação do estado do Rio de Janeiro no Produto Interno Bruto Nacional, no período de 1900-1985. Descreve-se, a partir de fatos marcantes da economia carioca e fluminense, como se delineou o esvaziamento econômico-político do Rio de Janeiro e a conseqüente queda na participação percentual dos setores econômicos no PIBcf do Brasil, assim como o comportamento dos principais gêneros de atividades econômicas no Valor da Transformação Industrial (VTI) do estado.

Palavras-chave: PIB do Rio de Janeiro, economia regional.

1 INTRODUÇÃO

O estado do Rio de Janeiro³, desde o Império, exerceu um papel de suma importância na economia brasileira. Já em 1763, quando se tornou a capital oficial da Colônia até a sua transformação em Distrito Federal em 1891, o Rio de Janeiro sempre foi o eixo central das decisões político-econômicas do Brasil (BRASILEIRO, 1979, p.11-12). No decorrer dos anos, a expansão das fronteiras regionais e o crescimento de outros estados, como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul⁴,

¹ Este artigo foi feito com base na dissertação de mestrado - A Dinâmica de Crescimento da Economia do Estado do Rio de Janeiro: 1850-1990 (em elaboração).

² Economista pela USU - Rio de Janeiro, mestrando IEPE/UFRGS, professor da Faculdade de Economia e Administração da UPF, pesquisador do Centro Regional de Economia da FEA/UPF.

³ Refere-se ao atual estado do Rio de Janeiro, ou seja, estado da Guanabara (ex-Distrito Federal) mais estado do Rio.

⁴ Isso se deve ao processo de desconcentração industrial (1970/1980), que marcou profundamente a economia carioca e fluminense com o fluxo de importantes setores econômicos para esses estados. O Rio de Janeiro, sem dúvida, foi o estado brasileiro que mais sofreu com esse processo de desconcentração.

ocasionou a perda do predomínio econômico do Rio de Janeiro principalmente para São Paulo⁵.

No Censo Industrial de 1907, o Rio de Janeiro ainda se apresentava como o principal centro econômico-financeiro do Brasil. No entanto, este censo deixou de computar inúmeras empresas paulistas, ou seja, a dimensão da indústria paulista foi subestimada, o que acarretou valor e número de empresas “fictícios” para as indústrias de São Paulo (GALVÃO, 1990, p.1083). Já, no Censo de 1920, ficou evidente a perda da liderança econômica do Rio de Janeiro para São Paulo. A partir deste, São Paulo desponta como principal centro econômico do Brasil, apoiado por uma economia cafeeira forte que alavancou seu crescimento industrial e o tornou um pólo atrativo de investimentos. No mesmo período, o Rio de Janeiro constatou seu enfraquecimento econômico-político e financeiro, tendo uma taxa de crescimento do PIB cada vez menor frente a São Paulo e aos principais estados brasileiros.

Observando-se a perda progressiva de participação do Rio de Janeiro na produção nacional que, em 1985, chegou a ser de quase metade do que era em 1949, torna-se evidente o processo de desindustrialização que vem ocorrendo na região carioca e fluminense (CONSIDERA, 1985, p.40).

Buscando identificar as causas do crescente distanciamento das taxas de crescimento do PIB do estado do Rio de Janeiro frente às de São Paulo, do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, ao longo dos anos, no trabalho analisa-se o fator mão-de-obra, bem como o comportamento das atividades econômicas mais importantes que contribuíram para essa situação.

Inicialmente, estuda-se a influência da lavoura cafeeira na região fluminense e as razões de seu deslocamento para os estados de São Paulo e Minas Gerais, assim como o uso intensivo da mão-de-obra escrava. Em seguida, discutem-se as implicações da transferência do Distrito Federal para Brasília, as fusões ocorridas no estado e o comportamento dos setores econômicos (agricultura, indústria e serviços) no Valor da Transformação Industrial e no Produto Interno Bruto (PIBcf) do Rio de Janeiro.

⁵ Tal fato caracteriza o processo de polarização, ou seja, com o crescimento e desenvolvimento proporcionado pelo café na região paulista, esta se tornou logo um centro importante para a economia brasileira e, com isso, a diferença que já existia entre o Rio de Janeiro e São Paulo aumentou substancialmente. São Paulo, região em pleno crescimento, tornou-se uma região "rica", e o Rio de Janeiro acabou por sofrer efeitos regressivos, ou seja, emigração de capital em busca de uma taxa de retorno mais elevada, de mão-de-obra especializada e de mercados emergentes. Ver SOUZA, 1993, p.41.

Por último, apresenta-se a situação sócio-econômica em que se encontra atualmente o estado frente aos problemas que o acompanham desde sua industrialização e a sua deterioração dada à falta de ações governamentais que solucionem a questão do esvaziamento econômico.

2 A PERDA DE PARTICIPAÇÃO DO RIO DE JANEIRO NO PIB NACIONAL

A análise implementada no presente artigo parte de uma resenha histórica e de um levantamento estatístico realizado nos censos econômicos e tem a finalidade de identificar como transcorreu a perda de participação da economia do Rio de Janeiro no PIB nacional ao longo do seu processo de industrialização.

A hipótese principal é de que três fatos foram responsáveis pelo comportamento declinante da economia do Rio de Janeiro: o declínio e a perda de importância da agricultura no estado⁶; a transferência do Distrito Federal para Brasília e o demorado e prolongado período de tempo destinado às fusões no estado e a questões políticas que envolveram tais decisões.

Partindo-se da análise dessas hipóteses, busca-se mostrar como se delineou o esvaziamento econômico-industrial da região carioca/fluminense nos últimos anos.

2.1 O café

A lavoura cafeeira foi importante para a região do Rio de Janeiro por ser geradora de renda, permitindo um fluxo de capital, via exportação do produto pelo porto do Rio de Janeiro, de investimentos e de comércio intra-regional no estado.

Por este porto, circulava a produção de café dos principais produtores nacionais, como São Paulo, Minas Gerais e do próprio Rio de Janeiro. A “Zona Rio”⁷ compreendia as principais zonas produtoras de café, ocorrendo através desta as exportações do produto (MELO, 1993, p.77). Entretanto, com a modernização do porto de Santos e a expansão da linha férrea entre os estados, o porto de Vitória (Espírito Santo) assim como o de Santos (São Paulo), começaram a ganhar força e espaço frente ao porto do Rio de Janeiro. Desse modo, as exportações, que tanto

⁶ O fato de o complexo cafeeiro do Rio de Janeiro ter se desenvolvido sob o regime escravocrata limitou as chances de um desenvolvimento industrial-regional auto-sustentado. Ao contrário de São Paulo, o estado não repassou para a sua economia o investimento gerado pelo café.

⁷ A região compreendia terras entre as Serras Mantiqueira e a do Mar, ou seja, antiga Província do Rio de Janeiro mais a Província de Minas Gerais, entre o rio Paraíba do Sul e a Serra da Mantiqueira, mais um pequeno segmento de São Paulo e do Espírito Santo.

contribuíram como geradoras de renda para o estado, começaram a declinar. Na Tabela 1, observa-se que a receita do imposto sobre as exportações do café caiu de 12.218:449\$316 réis em 1895 para 2.308:497\$944 em 1907, com queda de participação relativa de 74,01% para 30,46% no total arrecadado.

O café produzido nas fazendas da região fluminense, no período de 1852-1859, praticamente destinava-se à venda ao exterior; quase 80% dele era exportado pelo porto do Rio de Janeiro e vinha dessas fazendas (LEOPOLDI, 1986, p.56). As exportações de café através desse porto e, depois, pelos de Santos em São Paulo e de Vitória no Espírito Santo foram importantes na renda gerada por este no fluxo de capital, tanto para o Rio de Janeiro quanto para o Brasil.

Tabela 1 - Estado do Rio de Janeiro - receita total (RT) e receita do imposto sobre exportações (Réis)

Anos	Receita total	Receita do Imposto Sobre Exportação de Café	Participação relativa (%)
1895	16.509:984\$253	12.218:449\$316	74,01
1899	9.634:658\$735	6.371:068\$912	66,13
1903	6.798:716\$945	3.518:482\$344	51,75
1907	7.577:854\$470	2.308:497\$944	30,46

Fonte: SANTOS e MENDONÇA, 1986, p.9.

A lavoura cafeeira e seu comércio, em meados do século XX, transformaram a região do Rio de Janeiro no principal pólo econômico do país. A cultura cafeeira se expandiu praticamente por toda a região, inicialmente, pela parte litorânea, avançando rumo ao interior, pela necessidade de mais áreas e, também, devido ao irregular relevo carioca. Este direcionamento se deu, então, da parte litorânea para o interior⁸, onde o setor cafeeiro obteve a sua maior produtividade e expansão. No entanto, esse avanço em direção a terras ainda não cultivadas e a regiões mais distantes também ocorreu em razão do rápido empobrecimento do solo nas primeiras regiões de plantio do café, devido a sua baixa produtividade e às técnicas inadequadas de uso do solo. Isso porque as terras foram tratadas sem técnicas apropriadas ao cultivo, nela se utilizando mão-de-obra não especializada, o que fez com que logo se tornassem improdutivas.

Dessa forma, expandiu-se a cultura do café para outras áreas do estado (Vale do Paraíba fluminense). Mais tarde, com o declínio de produção também nestas, a

⁸ Vale do Paraíba fluminense, conhecido também como Zona Norte Fluminense.

lavoura cafeeira foi sendo transferida para melhores terras, na região norte do Vale do Paraíba fluminense.

As regiões do norte do Vale do Paraíba fluminense⁹ passaram, então, a ser o centro do cultivo da produção de café no Rio de Janeiro. Itaperuna, por exemplo, possuía, em 1920, 36,88% dos pés de cafés do Vale Norte do Paraíba e Santo Antônio de Pádua, 32,11% (MELO, 1993, p.114). Em 1937, Itaperuna já aparecia com 47,62%, enquanto Santo Antônio de Pádua apresentava 16,44%. O desenvolvimento da produção cafeeira nessa região perdurou até os anos trinta, quando as primeiras políticas de erradicação do café no estado do Rio de Janeiro começaram a ser implantadas.

Rompida a fronteira do Vale Norte do Paraíba fluminense, a cultura do café foi sendo instalada em São Paulo e em Minas Gerais (Zona da Mata), sendo bastante reduzidas as plantações no Rio de Janeiro. Inúmeras causas podem ser apontadas para o declínio da cultura cafeeira no estado, dentre as principais:

a) o cultivo do café tornou-se predatório, ocasionando uma rápida erosão do solo;

b) a redução na produtividade da cultura e

c) com o fim do escravismo, a região fluminense não soube como competir com as demais regiões, principalmente com São Paulo, que passou a utilizar a mão-de-obra do imigrante, ao invés da escrava. Este último é um importante fator que diferencia os dois estados no que diz respeito ao café.

A economia cafeeira do Rio de Janeiro foi toda liderada pela grande empresa escravista de propriedade nacional e articulada ao capital mercantil. Segundo PIGNATON (1977, p.142), “a atrofia da economia do Rio de Janeiro e, conseqüentemente, seu esvaziamento econômico-industrial, partiu da magnitude com que foi explorado o escravismo no Estado, terminando na perda da cultura cafeeira e, por fim, da liderança nacional para São Paulo”¹⁰.

A relação direta entre o “complexo cafeeiro escravista” e a indústria no Rio de Janeiro não permitiu que esta obtivesse um desempenho crescente, como ocorreu no caso de São Paulo. Dessa forma, a questão da mão-de-obra escrava, nesse estado, assume um caráter de suma importância quando de sua análise e comparação com a economia industrial de São Paulo, ou seja, o Rio de Janeiro errou, na época, por

⁹ Campos, São Fidelis, Itaocara, Santo Antonio de Pádua e Itaperuna.

¹⁰ Para FERREIRA e MELO, os efeitos do café e do escravismo na região não teriam tanta importância quanto a defendida por PIGNATON.

fundamentar toda a agricultura, incluindo o café, na mão-de-obra escrava. O escravismo prolongado acabou destruindo as terras cultiváveis, não propiciando, assim, as chances de uma produção cafeeira em bases capitalistas.

São Paulo, por sua vez, atrelou seu complexo cafeeiro ao processo industrializante que começava a surgir e, com isso, buscou nesse “casamento harmônico” impulso para seu crescimento e desenvolvimento frente às demais regiões do Brasil. Neste estado, a economia cafeeira exigiu, desde cedo, a implantação do regime de trabalho livre. Esta separação entre o café e a mão-de-obra escrava propiciou a criação de um amplo mercado para alimentos e produtos industriais de consumo corrente, desenvolvendo-se, ao mesmo tempo, a agricultura e a indústria, o que colocou a região, conforme o censo de 1920¹¹, como o principal centro industrial do país.

Já, no Rio de Janeiro, o passado escravista acabou por atrofiar a economia da região, não propiciando um desenvolvimento harmônico entre o setor agrícola (abandonado), atrofiando o setor terciário (improdutivo) e mantendo a indústria diversificada e semi-estagnada (reduzindo o poder de competição). Pode-se afirmar que o problema por que vem passando a economia do Rio de Janeiro relaciona-se diretamente à maneira como foi desenhada a agricultura no estado, ou seja, com base na mão-de-obra escrava e na má utilização das terras agrícolas na região e, a partir deste fato, ao comportamento econômico-industrial do estado.

2.1.1 Agricultura versus indústria

Outra questão muito importante, para se compreender o comportamento da economia do Rio de Janeiro, refere-se à extensão destinada à agricultura no estado, no contexto macroeconômico. A agricultura desempenha funções fundamentais no desenvolvimento econômico, induzindo o crescimento regional e de toda a economia nacional, seja através da interligação desta com seu meio ou mesmo em atividades motrizes existentes em seus mercados.

O Rio de Janeiro, entretanto, em meio ao seu processo industrializante, ao contrário de São Paulo, não conseguiu capital mercantil necessário para induzir uma expansão de suas fronteiras agrícolas tanto na produção cafeeira como na

¹¹ A partir de 1906/1907, São Paulo começou a superar o Rio de Janeiro como principal centro industrial do país. Isso ocorreu principalmente entre 1909/1913, período em que houve um aumento na capacidade de importar devido ao incremento das exportações de café e de borracha e, também, à entrada de capitais externos vinculados ao financiamento público. Ver PIGNATON (1977).

diversificação da produção de bens agrícolas. PIGNATON (1977, p.140), em seu trabalho sobre a situação comportamental do Rio de Janeiro, enfatiza que “a industrialização¹² geralmente é um fenômeno urbano, mas depende do campo com relação aos insumos, alimentos e mercado, sua intensidade depende da existência e bom funcionamento dessa divisão do trabalho”.

A agricultura, assim, representa um setor estratégico para o crescimento, tendo em vista sua interdependência com os demais segmentos da economia e o seu papel na produção de alimentos para o consumo. Essa interdependência faz o desenvolvimento agrícola exercer um papel ativo no desenvolvimento econômico e, desse modo, estimular a indústria, o comércio e os serviços.

FERREIRA (1985, p.28), por sua vez, analisa o problema da economia do Rio de Janeiro não somente pela questão da mão-de-obra escrava, mas também pela sua débil agricultura; pela existência de uma força de trabalho cara e pela não criação de um mercado consumidor para produtos industrializados.

Fica muito clara, portanto, a relação precária de inter-relação entre a agricultura do estado e os problemas (mercado, mão-de-obra, etc.) vivenciados pela economia do Rio de Janeiro.

Para CANO (1977) *apud* MELO (1985, p.25), “um dos fatores que agravaram a crise da indústria carioca foi a precariedade da agricultura fluminense, que foi incapaz de responder a uma crescente demanda de alimentos, ao surgimento de um complexo agrícola moderno e, conseqüentemente, ao encarecimento do custo de sua mão-de-obra, provocando, desta forma, a perda de competitividade da sua indústria”. O autor salienta, assim, a relação entre a decadência agrícola regional, o declínio da indústria fluminense e a situação econômica do estado, ou seja, existe uma relação direta entre o café (mão-de-obra escrava e cultura cafeeira), a agricultura carioca/fluminense e a indústria do Rio de Janeiro.

No Rio de Janeiro, a separação imposta à agricultura e à indústria fez com que, logo após a decadência do café, o desempenho da agricultura declinasse consideravelmente, facilitando a concentração do setor industrial ao redor da cidade do Rio de Janeiro. Esta concentração¹³, assim como o abandono da agricultura, fez com que o estado recorresse a outras regiões para seu abastecimento de alimentos e

¹² No caso do Rio de Janeiro, conforme afirma PIGNATON (1977), a cultura cafeeira esteve diretamente ligada à indústria, seja ela através das exportações ou mesmo no tocante ao período inicial de industrialização. Essa mesma relação agricultura-indústria é apresentada por CANO *apud* MELO (1985).

¹³ Concentração por ser Capital do país, por apresentar um desenvolvido comércio varejista e atacadista, uma vida financeira e também uma infra-estrutura (portos, ferrovias).

de matérias-primas, isso já durante a Primeira Guerra Mundial, quando seu mercado passou a ser abastecido pela indústria paulista de gêneros alimentícios e de tecidos.

Logo, pode-se relacionar a perda do controle econômico-industrial do Rio de Janeiro ao momento em que este não soube atrelar sua indústria à agricultura, ou seja, ao não desenvolvimento de um complexo agrícola moderno, produtor de alimentos e gerador de rendas, que pudesse impulsionar e diversificar o mercado intra-regional (CANO *apud* MELO e CONTRERAS, 1988, p.423).

Comparando a participação do Rio de Janeiro com a de outros estados, observa-se o esvaziamento de sua agricultura e indústria ao longo dos anos. Através da Tabela 2, observa-se que a sua agricultura que, em 1940 possuía uma participação de 4,8% na renda interna do país, em 1985, passou a contribuir com apenas 1,8%. Concomitantemente, São Paulo participava, em 1940, com 25%, o mesmo acontecendo com o Rio Grande do Sul, com 13,6%. Já, em 1985, esses dois estados participavam com 16,7% e 10,9%, respectivamente.

Quanto à indústria, o Rio de Janeiro contribuía, em 1940, com uma participação de 27%. Ao mesmo tempo, São Paulo e o Rio Grande do Sul detinham 36,4% e 8,7%, respectivamente. Em 1985, a participação do Rio de Janeiro reduziu-se para 11,8%, delineando uma acentuada queda percentual em comparação a estados como Rio Grande do Sul e São Paulo, que apresentaram taxas de 7,0% e de 44,0%, respectivamente.

Tabela 2 - Participação Percentual dos Estados por Setores no Produto Interno Bruto a custo de fatores do Brasil, 1940 - 1985¹⁴

Estado	Rio de Janeiro ¹⁵				São Paulo				Rio Grande do Sul			
	Agrop	Ind.	Serv	Tot.	Agrop	Ind.	Serv	Tot.	Agrop	Ind.	Serv	Tot.
1940	4,8	27,0	26,4	20,4	25,0	36,4	33,0	31,1	13,6	8,7	9,2	10,4
1960	4,1	17,4	24,9	18,5	21,8	54,4	35,4	37,8	11,2	6,9	8,1	8,4
1970	2,4	15,3	20,6	16,7	10,1	56,5	35,0	39,4	16,0	6,3	8,2	8,6
1975	2,3	13,0	19,6	15,4	15,8	54,9	35,5	39,2	14,3	7,5	8,0	8,6
1980	2,0	12,0	18,2	14,2	14,2	47,2	34,8	37,5	12,6	7,4	7,5	8,0
1985	1,8	11,8	14,9	12,3	16,7	44,0	32,5	35,4	10,9	7,0	8,0	7,9

Fonte: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, 1992, p.1041-1044.

BANDEIRA, 1988, p.93.

Analisando-se, conjuntamente, os três setores da economia do Rio de Janeiro, nesse mesmo período, apresentaram queda de uma taxa de 20,4% em 1940 para

¹⁴ Inclusive imputação dos serviços de intermediação financeira.

¹⁵ Inclui o antigo Distrito Federal (ex-Guanabara), mais o antigo estado do Rio.

12,3% em 1985, ou seja, percebe-se claramente a perda que vem ocorrendo na economia do Rio de Janeiro. Esta perda de relevância da agricultura do Rio de Janeiro, deu-se a partir do momento em que esta se distanciou do mercado externo, ao qual fornecia cana-de-açúcar, café e, mais tarde, laranja¹⁶.

Utilizando-se a variável número de pessoas ocupadas, pode-se identificar a atrofia por que passa a agricultura no Rio de Janeiro. Conforme MELO e CONTRERAS (1988, p.425), a estrutura de distribuição de pessoal ocupado, em 1985, apresentava-se assim: o setor terciário absorvendo 69,8%; o setor secundário, 25,4% e o setor primário, 4,8% da força de trabalho regional.

O esvaziamento econômico-industrial pode também ser constatado pelo comportamento da população: a participação da população do estado do Rio de Janeiro no total do país caiu de 9,97% em 1900 para 8,87% em 1920, e a participação da população da capital no total do estado, de 31,8% para 29,9%. No período, a taxa de crescimento anual foi 1,79%, em contraste com 4,5% entre 1800 e 1900. São Paulo, enquanto isso, aumentava a sua população de 13,2% em 1900 para 15% em 1920 (PIGNATON, 1977, p.151).

2.2 A transferência do Distrito Federal

Com a implantação, no Rio de Janeiro, da Capital do governo federal, o estado passou a usufruir de inúmeros benefícios gerados pelos vários segmentos econômicos existentes na região, passando a centralizar todo o capital e poder de decisão nacional. A centralização de várias estatais no estado, onde a participação do setor público¹⁷ foi muito marcante, e de grandes instituições econômicas e financeiras fez com que a região ficasse muito dependente desses setores.

O setor terciário, por exemplo, obteve, com a presença do governo federal no Rio de Janeiro e com o processo de industrialização na região, um forte crescimento quantitativo e qualitativo. Segundo BRASILEIRO (1979, p.18), “a qualidade de centro político, econômico, administrativo e financeiro fez com que a prestação de serviços tornasse o setor importante para a riqueza da região”. Entretanto, há

¹⁶ A produção de laranja foi estimulada após a decadência do café, já que a cana-de-açúcar restringia-se a Campos. As exportações deste produto pelo porto do Rio de Janeiro eram, em 1926, de 149.750 caixas; em 1930, de 603.731 caixas e, em 1931, de 1.236.031 caixas. Entretanto, logo depois, as terras destinadas a essa cultura foram transformadas em loteamentos (MELO, 1985, p.61).

¹⁷ O Rio de Janeiro é o segundo estado brasileiro em número de funcionários públicos, ficando atrás apenas de Brasília.

tempos, esse setor terciário vem se transformando, em grande parte, em um setor informal (“setor espúrio”)¹⁸, atrofiando a economia da região.

Com a transferência do Distrito Federal para Brasília, em 21 de abril de 1960, a ex-capital passou a se chamar estado da Guanabara. Com a saída do governo central, o estado da Guanabara e o estado do Rio passaram a ter reduzida entrada de capital¹⁹, o que acarretou perdas econômicas e sociais.

Esse deslocamento trouxe para o estado do Rio de Janeiro perdas relevantes em termos de capital financeiro na administração direta e, principalmente, de investimentos.

A sua economia estava profundamente marcada pela existência da Capital do país (MELO, 1985, p.66), fato que acabou por diferenciar a cidade-capital do interior fluminense, totalmente desprovido e abandonado. Toda a infra-estrutura existente, como portos, ferrovias e capital financeiro, se mantinham exclusivamente na Capital do país. E um dos problemas, após a fusão do estado da Guanabara com o do Rio, foi que o interior se viu totalmente desprovido de qualquer infra-estrutura e meios para competir com São Paulo no que diz respeito à industrialização, à agricultura, a serviços e como pólo de atração para novas indústrias. Mais ainda, com a saída de vários órgãos públicos para Brasília, escassearam os investimentos na região e os níveis de pobreza aumentaram, uma vez que recursos antes canalizados para o estado foram direcionados para outras regiões.

Tabela 3 - Participação Percentual do Distrito Federal/estado da Guanabara, Rio de Janeiro e São Paulo na Produção Industrial do Brasil: 1940 - 1970

Anos	DF/Guanabara ¹	Rio de Janeiro ²	São Paulo
1940	21,7	4,1	38,2
1950	15,8	5,8	46,4
1960	9,6	7,1	54,3
1970	9,3	7,4	55,9

Fonte: BRASILEIRO, 1979, p.48.

Obs: Atual estado do Rio de Janeiro (1+2).

Através da Tabela 3, pode-se notar a queda acentuada que se procedeu na produção industrial a partir de 1950 nos estados da Guanabara e do Rio. A transferência do Distrito Federal para Brasília acarretou, por um lado, o abandono

¹⁸ Termo usado por MELO e CONTRERAS, 1988, p.433.

¹⁹ Com a mudança do governo central para Brasília, os dois estados sentiram a queda de investimentos e de capital antes existentes.

da produção industrial e, por outro, uma aproximação (mesmo que em patamares inferiores) entre esses estados. A partir de 1970, a disparidade existente entre o antigo Distrito Federal e o estado do Rio começou a declinar e suas taxas passaram a ser mais homogêneas. Esse diferenciamento foi sendo paulatinamente reduzido ao longo do processo de desindustrialização verificado no Rio de Janeiro. No entanto, as diferenças entre as duas regiões ainda são muito significativas.

Com relação a São Paulo, entre 1940 e 1960, este estado obteve um elevado crescimento na produção industrial, de 38,2% para 54,3%, seja pela concentração industrial, ou mesmo pela sua atratividade econômico-financeira.

O esvaziamento econômico da Guanabara, após a transferência do Distrito Federal para Brasília, acabou por provocar, mais tarde, uma outra decisão: a fusão dos dois novos estados, uma decisão política ou meramente técnica que objetivava colocar o Rio de Janeiro em condições de competir, em nível de desenvolvimento econômico e atratividade de empresas e investimentos, com São Paulo.

2.3 As fusões ocorridas no Rio de Janeiro

A perda de participação econômica que atingia o Rio de Janeiro desde o período cafeeiro e que se agravou com a transferência do Distrito Federal para Brasília levou os governantes a formularem estudos com a finalidade de frear este esvaziamento econômico que se desenhava sobre o estado. Dessa forma, durante a execução do *II PND*, e concomitantemente a este, o *I-PLAN-RIO*, colocado em execução pelo governador Faria Lima²⁰ durante o ano de 1975, visava, dentre outros objetivos, à fusão dos dois estados, Guanabara e Rio, formando o atual estado do Rio de Janeiro.

As principais fusões ocorridas na região foram:

- a) pela Constituição de 1891, o antigo Município da Corte foi elevado à condição de Distrito Federal e previu-se uma possível mudança da Capital, passando o Distrito Federal, então, a constituir-se em um estado;
- b) a Constituição de 1946 previa a mudança da Capital para o planalto central do país e a transformação do Distrito Federal no estado da Guanabara, o que se concretizou;

²⁰ O *I-PLAN-RIO* foi colocado em prática em 25 de novembro de 1975.

c) em 1959, conforme pedido do Centro Industrial do Rio de Janeiro, foi formulado o primeiro projeto para a discussão da fusão entre o Distrito Federal e o estado do Rio de Janeiro;

d) em 21 de abril de 1960, surgiu o estado da Guanabara;

e) em meados de 1974, decidiu-se pela fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, criando-se o atual estado do Rio de Janeiro, e, ao mesmo tempo, o município do Rio de Janeiro e a Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Essa fusão, analisada sob outra ótica, teve também sua repercussão política²¹, uma vez que a união dos dois estados propiciaria, para a região, um maior peso tanto político quanto industrial. O Rio de Janeiro ficaria mais forte e, com isso, passaria a concorrer mais diretamente com São Paulo. O objetivo da fusão era, então, consolidar um pólo de desenvolvimento no Rio de Janeiro que possibilitasse um equilíbrio maior com São Paulo na liderança do quadro econômico-político nacional. Buscava-se, assim, um incremento no seu valor da transformação industrial, que estancasse as sucessivas quedas que estavam ocorrendo.

Como relatado anteriormente, as diferenças existentes entre os estados aglutinados somente colaboraram para agravar a situação intra-regional de ambos²², mesmo após a fusão. São Paulo, como se viu, soube expandir seu crescimento regional a toda sua extensão territorial e, com isso, transformou-se em um pólo de desenvolvimento nacional²³.

2.4 O valor da transformação industrial do Rio de Janeiro

Para a economia brasileira, a década de 30 foi o marco inicial entre a separação do capital industrial do complexo cafeeiro, obtendo a economia uma certa autonomia para alavancar seu processo industrializante. Com a execução desse processo de industrialização, o Brasil transformou sua incipiente indústria de bens de consumo não-duráveis numa constituída de bens de consumo duráveis intermediários e de capital.

De acordo com MELO e CONSIDERA (1986, p.113), a recuperação que houve na economia brasileira nos anos 30 está associada com a política de defesa do café e

²¹ Não se pode deixar de analisar, nessa fase importante para o estado do Rio de Janeiro, o longo período exigido para a concretização da fusão dos dois estados.

²² Centro desenvolvido (infra-estrutura) e interior deixado à margem desse processo (abandonado, sem infra-estrutura mínima se comparado ao centro).

²³ O surto cafeeiro possibilitou à região tanto uma melhor infra-estrutura quanto uma melhor vida financeira.

com os déficits fiscais do período de 1930 a 1932, que mantiveram o nível de renda, possibilitando a ocupação de postos de serviços ociosos, provocados pela crise de 29. Por outro lado, a política cambial vigente na época colaborou, também, para essa recuperação.

A indústria de transformação brasileira desenvolveu-se de forma bastante concentrada. Segundo BRASILEIRO (1979, p.17), “com a crise do modelo primário-exportador e o advento do processo de industrialização baseado na substituição de importações, acentuou-se a concentração de investimentos nas cidades do Rio de Janeiro²⁴ e, posteriormente, em São Paulo”.

Desde 1929, apenas cinco estados respondiam por 83,5% do valor da transformação industrial (VTI) brasileiro. Já, em 1939, oito estados participavam no VTI nacional, representando 93% no total do país. Em 1949, estes oito estados responderam por 95% do valor da transformação industrial nacional, ou seja, de 1939 até 1980, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina se responsabilizariam por 95% do VTI nacional (CONSIDERA, 1985, p.3). Analisando, no entanto, somente a região sudeste, a concentração se eleva para 70% do valor da transformação industrial brasileiro.

No Rio de Janeiro, na mesma década, incrementou-se a industrialização principalmente nos setores de química, metalurgia e minerais não-metálicos, que responderam por 26,4% do valor da transformação industrial do estado. No ano de 1939, a indústria química era a terceira mais importante no estado, com uma participação no VTI de 14,1%. O estado se destacou, ainda, no mesmo ano, como pólo cimenteiro, com 35% da produção nacional de cimento; São Paulo, por sua vez, deteve a participação de 42%.

Após a década de 30, com a expansão paulista, a economia carioca/fluminense não encontrou condições dinâmicas para se incorporar ao processo de “industrialização por substituição de importações” através da modernização dos setores de bens de consumo não-duráveis, bens de capital e bens intermediários (MELO e CONTRERAS, 1988, p.424).

A Tabela 4 apresenta a situação comportamental do Rio de Janeiro. Nela se constata que o declínio do valor da transformação industrial nos gêneros extração mineral e de transformação é bastante marcante se comparado ao dos demais estados. O estado, que vinha de uma participação de 20% em 1949, declina para

²⁴ O próprio modelo de desenvolvimento brasileiro, substitutivo de importações, implementado pelo governo.

9,8% em 1985, enquanto São Paulo mantém praticamente inalterada a sua taxa nesse mesmo período. A desconcentração fez-se mais presente na economia carioca que nos demais estados. No gênero de extração mineral (petróleo), o Rio de Janeiro detém aproximadamente 70% das reservas brasileiras e com ele garante uma participação importante no valor da transformação industrial brasileira.

Tabela 4 - Participação de estados selecionados no valor da transformação industrial - extração mineral e de transformação: 1949-1985 (%)

Estados	1949	1959	1970	1975	1980	1985
Rio de Janeiro	20,0	17,3	15,3	13,2	10,4	9,8
São Paulo	47,9	54,5	56,6	54,8	52,8	47,4
Minas Gerais	6,9	6,1	7,1	7,1	8,0	8,3
Rio Grande do Sul	8,1	6,9	6,2	7,4	7,4	7,2

FONTE: CONSIDERA, 1985, p.36.

Na Tabela 5, verifica-se que o Rio de Janeiro apresenta uma participação de 9,5% no valor da transformação industrial brasileira em 1985; São Paulo, 51,9%; Minas Gerais, 8,3% e o Rio Grande do Sul, 7,9%. A concentração industrial destes estados no VTI é bastante forte, não apenas por serem os principais centros regionais, mas também por concentrarem um grande número de importantes empresas.

Tabela 5 – Participação dos estados no valor da transformação industrial - indústria de transformação total: 1949-1985 (%)

Estados	1949	1959	1970	1975	1980	1985
Rio de Janeiro	20,4	17,6	15,7	13,5	11,0	9,5
São Paulo	48,9	55,6	58,1	55,9	53,9	51,9
Minas Gerais	6,5	5,8	6,5	6,3	7,6	8,3
Rio Grande do Sul	7,9	7,0	6,3	7,5	7,3	7,9

FONTES: CONSIDERA, 1985. p.37 e Censo Industrial do Brasil (vários anos).

Na década de 30, a economia do Rio de Janeiro não encontrou seu caminho no processo industrializante via substituição de importações. Pode-se destacar, dentre os gêneros industriais, aqueles em que este estado foi apresentando declínio na sua participação: se, na produção de cerâmica, ele participava, em 1938, com 52,3% da produção nacional, o censo de 1960 apresenta apenas 18,6% no mesmo setor. São Paulo, em contrapartida, no mesmo setor, tem sua participação aumentada para 50,5% naquele ano.

Considerando-se a indústria de produtos farmacêuticos, tem-se, em 1938, o pólo DF/RJ, que participava com 62,4% da indústria nacional em oposição a São Paulo, com 27%.

Com relação ao valor da produção industrial para o período de 1935-1938, a taxa de crescimento do Brasil foi de 80,4%, enquanto que a do Rio de Janeiro foi de 46,4% (MELO, 1985, p.31). A diferença entre as taxas de crescimento do estado do Rio de Janeiro e do Brasil demonstra a pouca mobilidade dos setores econômicos do estado frente aos demais.

Para o estado e pela estrutura industrial da região, os maiores ganhos de participação entre 1939 e 1949, em nível nacional, foram: metalurgia, material elétrico, material de comunicação, material de transporte e indústria de couro e pele.

Nos anos 40, no setor de metalurgia, com a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)²⁵, o Brasil obteve um elevado crescimento, pois esse complexo siderúrgico desempenhou importante papel tanto para o Rio de Janeiro (nível regional de ocupação do interior) quanto para o Brasil no tocante à produção de aço.

De acordo com MELO (1985, p.41), no período de 1949-1959, a indústria metalúrgica do DF/RJ contribuiu com 25,9% e 33,4% para o valor da transformação industrial e São Paulo, com 49,4% e 43,3% (censos de 1950 e de 1960). Este foi um dos poucos setores industriais em que a participação regional do Rio de Janeiro cresceu no período.

O Rio de Janeiro tinha na indústria de produtos farmacêuticos um segmento econômico forte e de peso no cenário nacional. Nessa área, em 1959, os dados do valor da transformação industrial mostram que São Paulo detinha 50,5%, enquanto o DF/RJ participava com 45,6%²⁶. Ainda hoje, esse segmento econômico apresenta-se muito forte no estado e também em São Paulo, sendo marcante a concentração deste gênero no eixo RJ/SP.

Os anos 50 marcam a última década em que a cidade do Rio de Janeiro sediou a Capital Federal e também a implementação do *Plano de Metas* durante o Governo Kubitschek, que possibilitou um maior incentivo à indústria fluminense pela expansão da construção naval, construção das refinarias de derivados de petróleo (REDUC) e de outros segmentos econômicos.

²⁵ Mesmo com todos os efeitos encadeadores que a CSN propiciou para a região, essa não foi capaz de erguer a economia após a sua instalação.

²⁶ Indústria altamente concentrada no eixo RJ/SP.

O *Plano de Metas* visava, sobretudo, aos investimentos estatais na área de infraestrutura e na produção direta de insumos, bem como à implantação de setores industriais provedores de bens de consumo duráveis e de bens de capital.

Tabela 6 - Participação de estados selecionados no valor da transformação industrial - indústria extrativa: 1949-1985 (%)

Estados	1949	1959	1970	1975	1980*	1985
Rio de Janeiro	4,2	5,3	3,3	2,2	2,0	13,3
São Paulo	8,1	8,6	6,3	8,3	6,4	0,6
Minas Gerais	18,3	18,3	27,4	41,1	27,1	8,6
Rio Grande do Sul	15,6	4,7	2,4	1,6	2,1	0,7

FONTE: CONSIDERA, 1985, p.38 e Censo Industrial do Brasil (vários anos).

* Os ajustes efetuados no Censo Industrial (vide Base de Dados de 1980) referem-se aos ajustes principalmente na valoração do petróleo e gás natural no gênero extração mineral.

A década de 50, para a indústria fluminense, representou a continuação da perda de participação do estado no valor da transformação industrial, embora isso tenha ocorrido com menor intensidade que na década anterior (Tabela 6). Investimentos realizados no plano metalúrgico brasileiro influíram na maturação da CSN e, conseqüentemente, no VTI do estado²⁷. Entretanto, apesar dos esforços, o valor da transformação industrial gerado pela indústria do Rio de Janeiro, em 1959, era de 17,5%, enquanto São Paulo encerrava a década com 55,5%

A década de 60 foi marcada pela transferência da Capital para Brasília e, também, pela intensidade das perdas da indústria de transformação do estado. Mesmo assim, essas não foram tão significativas como as das décadas anteriores, ou seja, apesar do *boom* econômico ocorrido no Brasil e da desconcentração industrial que ocorreu no período, o Rio de Janeiro, ainda assim, não se beneficiou deste processo (MELO e CONTRERAS, 1988, p.424). Os gêneros industriais que mais se destacaram no estado foram: indústria química²⁸, mecânica, transporte (construção naval)²⁹, couro e pele, ferro e diversos.

O período de 1970/1985 foi marcado pela implantação da última etapa da industrialização pesada no país. Para a economia interna do Rio de Janeiro, esse período foi muito preocupante, pois ele teve a segunda perda relativa mais

²⁷ Investimentos realizados em 1939 na ordem de 19,7% e, em 1959, de 33,3%.

²⁸ A implantação do pólo petroquímico ao redor da REDUC, a participação no VTI será aumentada.

²⁹ O setor de transporte, no caso do Rio de Janeiro, teve sempre como principal componente a construção naval. A construção naval, para o estado, é um setor que requer uma grande quantidade de mão-de-obra, sendo, portanto, muito importante para a economia da região.

importante - 4,6% (MELO e CONSIDERA, 1986, p.117), que atingiu de forma homogênea todos os setores da indústria fluminense. O estado foi atingido pela desconcentração industrial ocorrida no período de 70/80, sendo o setor de transportes (construção naval) o único a se manter afastado deste declínio, beneficiado pelo *Plano de Metas*. São Paulo, no mesmo período, também apresentou queda semelhante, de 4,2% no comparativo do país, a qual pode ser justificada pelo tímido processo de desconcentração em direção aos estados da Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Novamente, o Rio de Janeiro perdeu segmentos importantes de sua economia para São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Com a execução do *II PND* (1975-79), que priorizava a região Sudeste, objetivava-se evitar o crescimento excessivo das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo; coordenar investimentos em infra-estrutura a fim de que pudesse ser contido o movimento migratório na direção dos grandes centros; promover mudanças estruturais na economia e, principalmente, induzir à descentralização das atividades produtivas industriais para centros periféricos³⁰. Ou seja, visava-se a uma descentralização das atividades econômicas, com a qual pretendia-se equacionar um crescimento econômico-industrial mais harmônico entre os estados brasileiros.

Particularmente para a economia carioca/fluminense, todavia, tanto o *II PND*, quanto o *I-PLAN-RIO*, não apresentaram os efeitos necessários à sua recuperação.

O Rio de Janeiro apresentava na sua estrutura industrial, como principais gêneros, segundo os dados do Censo do IBGE de 1980: indústria química (13,7%), metalurgia (13,3%), material de transporte (9,9%), mecânica (8,4%).

A crise dos anos 80 atingiu o Rio de Janeiro de forma singular, desarticulando os setores mais tradicionais da economia carioca e fluminense. A indústria de transformação sofreu uma queda de 26% no seu produto real; a indústria extrativa mineral cresceu graças à exploração de petróleo na Bacia de Campos; a crise do setor naval foi extremamente séria. A indústria têxtil, a primeira a ser instalada no estado, sofre, atualmente, graves problemas, assim como as demais, e o setor financeiro perde vários grupos financeiros que estão se deslocando para São Paulo.

³⁰ O *II PND* apoiou-se na tese do desenvolvimento desequilibrado. Ver BRASILEIRO, 1979, p.103.

3 A SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA RECENTE

A situação sócio-econômica em que se encontra o Rio de Janeiro demonstra o abandono e a perda de competitividade dos seus setores econômicos frente a outros estados como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Este processo de transferência de setores industriais e de serviços para outros estados acarretou, para a região, grandes déficits de emprego e quedas de investimento.

O “esvaziamento econômico” acaba por se refletir também no empobrecimento relativo da população no comparativo com a média brasileira. Conforme MELO e CONTRERAS (1988, p.425), em 1940, a renda por habitante, no Rio de Janeiro, era superior em 150% à média brasileira; já, em 1985, era de apenas 39% acima. Analisando-se o perfil de distribuição de renda, o empobrecimento fica mais marcante ainda, pois, em 1985, constata-se que ele é semelhante ao da média brasileira, ou seja, os 50% mais pobres recebem 13% dos rendimentos tanto no Rio de Janeiro como no Brasil.

A perda da competitividade industrial em relação a São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, para citar somente os principais em importância no valor da transformação industrial do Brasil, demonstra o problema que ocorre no Rio de Janeiro ao longo desses anos. Ele se constitui num estado singular, ou seja, problemas vivenciados pela economia brasileira afetaram a economia carioca e fluminense numa proporção maior que nos outros estados, evidenciando a sua alta dependência da economia brasileira e a pouca mobilidade dos gêneros industriais e agrícolas produzidos regionalmente perante o setor externo.

Segundo MELO e CONTRERAS (1988, p.429), outra diferença marcante da indústria fluminense refere-se ao destino de sua produção: “ela é fortemente voltada para o mercado interno. Esta especificidade possibilita entender que a política de ajustamento recessivo iniciada em 1981 (com retração da massa salarial, queda acentuada das importações e incentivos à exportação) dificulte, no tempo, a capacidade de reação da indústria regional. Com efeito, diferentemente da indústria paulista ou mineira que possuem importantes segmentos destinados à exportação, a política recessiva do período 1981-84 retarda a resposta da indústria fluminense. Inversamente, com a política de recuperação e expansão da renda e do poder aquisitivo dos salários (sobretudo com o Plano Cruzado) implementada após esse período, a reação da indústria fluminense reverte sua tendência endêmica com

inusitado vigor, crescendo em 1986 a uma taxa muito superior à da indústria brasileira”³¹.

O declínio no valor da transformação industrial (Tabela 7), que vem ocorrendo no Rio de Janeiro ao longo dos anos, somado ao abandono imposto à agricultura demonstram o problema na região. A pouca interdependência entre ambos e a ineficácia político-administrativa acabam por delinear a situação do estado frente à economia brasileira.

Tabela 7 - Participação percentual do estado do rio de janeiro (1) na indústria brasileira por gênero de atividade - % do valor de transformação industrial (vti) - 1949 / 1985

Gêneros	1949	1959	1970	1975	1980	1985 (2)	R (3)
Indústria Extrativa + Transformação	20,0	17,3	15,3	13,2	10,4	9,8	
10. Extração Mineral	4,2	5,3	3,3	2,2	2,0	13,3	
11. Indústria de Transformação	20,4	17,6	15,7	13,5	11,0	9,5	
12. Transform. de Minerais não Metálicos	24,9	18,6	13,5	11,1	9,8	6,8	13º
13. Metalurgia	25,9	33,4	17,5	15,8	11,3	12,3	6º
14. Mecânica	14,2	12,9	14,4	9,5	6,3	6,5	14º
15. Material Elétrico e Comunicações	19,4	14,1	12,0	10,7	8,4	7,2	11º
16. Material de Transporte	22,2	9,0	11,9	12,8	16,1	8,9	8º
17. Madeira	8,1	5,3	4,2	2,6	1,6	1,5	20º
18. Mobiliário	28,9	15,7	15,1	11,5	7,0	5,8	17º
19. Papel e Papelão	19,9	16,6	12,6	10,4	8,1	5,1	18º
20. Borracha	8,1	6,8	6,1	5,4	5,5	5,8	17º
21. Couros, Peles e Produtos	15,1	15,1	17,3	14,7	7,3	4,3	19º
22. Química*	27,5	10,8	22,6	15,2	12,7	11,9	7º
23. Produto Farmacêutico e Veterinário		45,6	24,9	29,1	30,6	27,6	1º
24. Perfumaria, sabões e velas		34,0	22,8	17,0	16,6	14,8	3º
25. Material Plástico		45,6	16,5	16,8	12,5	13,0	5º
26. Têxtil	15,8	13,9	11,7	10,3	7,7	7,1	12º
27. Vestuário, calçados e Artef. de Tecidos	26,5	18,3	15,4	12,8	12,3	8,7	9º
28. Produtos Alimentares	14,0	12,4	11,3	9,7	7,9	6,0	16º
29. Bebidas	28,6	24,9	21,1	21,7	14,2	8,4	10º
30. Fumo	21,1	17,5	22,6	20,5	16,0	6,2	15º
31. Editorial e Gráfica	40,8	30,8	29,6	32,8	25,1	25,8	2º
32. Diversas	23,9	13,0	14,4	16,0	14,7	13,6	4º

FONTE: CONSIDERA, 1985. p.60.

Censo Industrial do Brasil e do Rio de Janeiro, 1959, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985.

(1) Atual estado do Rio de Janeiro (DF+RJ)

(2) Vide nota técnica-base de dados de 1980.

(3) Ranking dos gêneros industriais.

* Em 1949, a indústria química abrangia a indústria farmacêutica, plástica e perfumaria.

³¹ Esse desempenho da indústria regional apenas retomou os níveis de produção que se apresentavam antes da crise de 1981. Não houve um nível de expansão superior ao patamar já existente (MELO e CONTRERAS, 1988, p.431).

É possível constatar, a partir do valor da transformação industrial do Rio de Janeiro, nas indústrias extrativa e de transformação, que este setor, nos últimos 40 anos, teve sua participação reduzida, em termos de produto, de 20%, em 1949, para 9,8% em 1985. Tal redução refletiu-se, principalmente, no setor de bens intermediários e de capital.

A conseqüente transferência de empresas e de executivos para São Paulo, após longos anos de crise, tem sido outro peso para o estado, pois reduz a sua competitividade (da mão-de-obra e do capital) frente aos outros estados e a sua importância como pólo de investimento.

Os bolsões de pobreza que circundam toda a cidade do Rio de Janeiro, aliados ao problema do total abandono do interior, acabam por acarretar um aumento do fluxo periferia-centro, deteriorando cada vez mais a situação social na região. A única maneira de se reverter este quadro seria o lançamento de programas de obras públicas; a ampliação do porto de Sepetiba, possibilitando o aumento da sua capacidade de transporte, e o incentivo à agricultura (*agribusiness*) através da volta do homem ao campo.

Nos últimos dez anos, a cidade do Rio de Janeiro conviveu com índices alarmantes de violência³² nas suas várias camadas sociais. O nível de pobreza se fez mais presente (MELO e CONTRERAS, 1988, p.429) e a situação econômica em nada melhorou. Comparando-se o Rio de Janeiro com estados, como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, as diferenças são alarmantes quanto aos índices de crescimento econômico, de qualidade de vida, de empregos, de segurança social, etc. E, como já foi referido, isso somente contribuiu para aumentar o fluxo de saída do estado de grandes conglomerados econômicos, entidades financeiras e órgãos públicos.

Este fluxo de saída de bancos do Rio de Janeiro, como, por exemplo, o do Holandês Unido, agrava ainda mais a situação financeira em que se encontra o estado. Pela Tabela 8³³, fica clara a perda imposta ao setor financeiro no estado. Do ano de 1980 até 1985, ele teve uma redução de 37,40%; São Paulo, no entanto, no mesmo período, teve reduzido o mesmo setor em apenas 2,30%, ou seja, de 1980

³² A redução do tamanho do estado em determinados segmentos econômicos torna-se fundamental quanto ao objetivo de realocá-lo nas suas reais funções de estado. A violência, o nível de pobreza, enquadram-se nestas reais funções de um estado provedor do bem-estar social.

³³ A perda imposta ao estado do Rio de Janeiro não se restringe somente ao setor financeiro; tanto o setor do comércio quanto o da indústria tiveram perdas no mesmo período.

para 1985, o Rio de Janeiro passou a responder por apenas 11,20% das instituições financeiras do país.

Tabela 8 - Participação do Rio de Janeiro e de São Paulo no PIB do Brasil segundo os setores de atividade: 1980-1985 (%)

Setores	1980		1985		1985/1980	
	RJ	SP	RJ	SP	RJ	SP
Indústria	11,78	47,06	11,76	44,00	(0,17)	(6,50)
Comércio	14,40	36,97	10,19	32,22	(29,24)	(12,85)
Financeiro	17,89	36,10	11,20	35,27	(37,40)	(2,30)
Total	13,73	37,72	12,29	35,43	(10,49)	(6,07)

Fonte: IBGE/DECNA.

Elaboração: DIEESE/SEEERJ.

Com todos esses problemas pesando sobre o estado e as destoantes ações governamentais implementadas, só se poderia esperar que a região mantivesse sua economia em patamares de crescimento industrial inferiores aos dos demais estados (média inferior à nacional). Mesmo que o Rio de Janeiro ainda consiga se manter como o segundo estado em importância no país, Minas Gerais³⁴ e Rio Grande do Sul, nos últimos anos, vêm apresentando índices de crescimento industrial bem superiores aos daquele estado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que o objetivo deste trabalho foi analisar alguns fatos importantes que contribuíram para a situação atual do estado do Rio de Janeiro nos últimos anos, pode-se enumerar os seguintes pontos:

1º. o processo de “esvaziamento” econômico pelo qual vem passando a economia carioca/fluminense teve seu marco inicial na época da produção cafeeira que, atrelada à mão-de-obra escrava, impediu a introdução na região de instrumentais de suma importância, como o lançamento da semente de uma agricultura moderna com bases capitalistas, a inserção do homem no campo e a reversão posterior do processo de concentração industrial no estado;

2º. a transferência do Distrito Federal para Brasília acarretou o “abandono” da cidade do Rio de Janeiro, como centro econômico-financeiro do país, marcando-a

³⁴ Apesar de o Rio de Janeiro ainda se manter como segundo estado em participação no PIB do Brasil, Minas Gerais vem apresentando seguidos resultados positivos, havendo a possibilidade de se tornar o segundo estado em importância no país.

profundamente quanto à queda nos investimentos (anteriormente canalizados para a região), retirada de órgãos públicos federais e deterioração da relação agricultura-indústria-serviços.

O Rio de Janeiro (Distrito Federal), na verdade, absorveu notáveis fluxos de investimentos enquanto Capital Federal, porém, após a transferência da Capital para Brasília, o estado não soube de onde retirar tal quantidade de investimentos, extremamente necessários para a região;

3º. no tocante à fusão entre o estado da Guanabara e o antigo estado do Rio, que proporcionou a formação do atual estado do Rio de Janeiro, essa foi proposta e elaborada com a finalidade de formar um estado forte, que fosse capaz de dividir com São Paulo o “domínio” da economia brasileira e, também, de integrar mais fortemente o centro (desenvolvido e possuidor de infra-estrutura) com o interior (desprovido desta);

4º. o valor da transformação industrial do Rio de Janeiro foi sendo “esvaziado” com o decorrer dos anos, direcionando-se para os estados com um nível menor de concentração industrial (despolarização em direção ao interior) e com melhor nível gerador de renda. O estado definiu por concentrar grande parte de sua produção na região metropolitana e, numa visão polarizada, deixar de incluir o interior nessa nova inserção de mudanças, ou seja, expansão da infra-estrutura e valorização da própria agricultura do interior fluminense.

As mudanças fazem-se necessárias e indispensáveis, caso o estado do Rio de Janeiro queira reverter a situação sócio-econômica caótica que se apresenta nele. Mas, para isso, é necessário que os governantes optem pela execução de obras de caráter menos clientelista e invistam em projetos altamente rentáveis, como a ampliação do porto de Sepetiba e de toda a infra-estrutura ao seu redor; dêem incentivos fiscais para a ampliação e a expansão de novos projetos empresariais e, por último, executem um amplo programa de privatizações que reduza o “tamanho do estado” e o coloque na sua verdadeira função de provedor das necessidades básicas da população.

BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, D'Janir. O pólo e o petróleo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 24 de fev. 1995. p.6.
- BANDEIRA, Pedro S. O Rio Grande do Sul e as tendências da distribuição geográfica do crescimento da economia brasileira, 1940-1980. Porto Alegre: FEE, 1988. v.1. (Série 15 Anos FEE).
- BRASILEIRO, Ana Maria. A fusão: análise de uma política pública. Brasília: IPEA/IPLAN, n.21, 1979. 348p. (Série Estudos para o Planejamento).
- CONSIDERA, Cláudio M. Aspectos da industrialização fluminense: 1949-1980. Niterói: Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense, 1985. 96p. (Relatório de Pesquisa) [mimeo].
- DIEESE. DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. Esvaziamento do sistema financeiro do Rio de Janeiro. Boletim do DIEESE, São Paulo, n.145, p.6-10, 1993.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. Questões para o estudo da industrialização fluminense. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1985. [mimeo].
- _____. Industrialização no Rio de Janeiro: novas perspectivas de análise. In: Encontro Nacional de Economia, 18., 1990. Anais.... São Paulo: ANPEC, 1990, v.3. p. 1281-1308.
- GALVÃO, Olímpio de Arroxelas. Concentração industrial no Brasil segundo os censos: 1907-1980. In: Encontro Nacional de Economia, 18., dez. 1990. Anais....São Paulo: ANPEC, 1990, v.2. p. 1081-1101.
- IBGE. Anuário estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.
- _____. Censo industrial do Brasil. Rio de Janeiro, 1970-1985.
- _____. Censo industrial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1970-1985.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA. Contas Nacionais do Brasil. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1972, v.2.
- LEAL, Antenor Barros. Investa no Rio. *O Globo*. Rio de Janeiro, 20-de setembro de 1994, p.5.
- LEOPOLDI, Maria A. P. Crescimento industrial, políticas governamentais e organização da burguesia: o Rio de Janeiro de 1844 a 1914. *Revista do Rio de Janeiro*, v.1, n.3, p.53-73, maio-ago. 1986.
- LEVY, Luiz F. Ferreira. O Despertar do Rio. *Gazeta Mercantil*. Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1995, p. 1.

LOBO, Eulália Maria L. História do Rio de Janeiro, do capital comercial ao capital industrial e financeiro. Rio de Janeiro, IBMEC, p. 1978, 123-159.

MELO, Hildete Pereira de e CONSIDERA, Cláudio. Industrialização Fluminense, 1930-1980. Revista do Rio de Janeiro, v.1, n.3, p.111-121, maio-ago. 1986.

MELO, Hildete Pereira de e CONTRERAS, Edelmira Del Carmen Alveal. A trajetória desigual do desenvolvimento econômico fluminense. In: Encontro Nacional de Economia, 16., dez. 1988, Anais..... São Paulo: ANPEC, 1988, v.4, p. 423-440.

MELO, Hildete Pereira de. A formação histórica da economia do estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense/Departamento de Economia, 1985. Relatório de Pesquisa. (mimeo.)

_____. A lenta agonia do café no Rio de Janeiro. In: Encontro Nacional de Economia, 20.,dez. 1992. Anais....São Paulo: ANPEC, 1992, v.2, p. 273-283.

_____. O café e a economia do Rio de Janeiro: 1888-1920. Rio de Janeiro, Instituto de Economia Industrial, 1993. (Tese de doutorado em economia)

_____. O café e o desenvolvimento fluminense: 1850-1920. In: Encontro Nacional de Economia, 22., dez. 1994. Anais.... Florianópolis: ANPEC, 1994, v.2, p. 425-441.

PEIXOTO, José A. P. As atividades de comércio e serviços no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense/ Departamento de Economia, 1985. Relatório de Pesquisa. (mimeo.)

PIGNATON, Álvaro. Origens da industrialização do Rio de Janeiro. Dados, Rio de Janeiro, n.15, p.139-159, 1977.

SANTOS, Ana Maria e MENDONÇA, Sonia R. Intervenção estatal e diversificação agrícola no Estado do Rio de Janeiro: 1888-1914. Revista do Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 7-17, jan.-abr., 1986.

SOUZA, Nali de Jesus de. Desenvolvimento polarizado e desequilíbrios regionais no Brasil. Análise Econômica. Porto Alegre: UFRGS/FCE, ano 11, n.19, p. 29-59, mar. 1993.

ABSTRACT

THE ECONOMY OF RIO DE JANEIRO STATE: PAST AND PRESENTE

This article has a purpose to analyze the process of loss participation in the estate of Rio de Janeiro referring to the PIB, within the period of 1900 to 1985. The article describes, from important facts of the "Carioca and Fluminense" economy, how it delineated the economic and political emptiness in the estate of Rio de Janeiro. Through the estate percentual participation divided in economic sectors in the PIBcf in Brazil and in the industrial transformation value (VTI), it was possible to identify the kinds of the economic activities that, along the years, contributed to the accentuated reduction in the PIB of the Rio de Janeiro estate.

Key-words: PIB of Rio de Janeiro, regional economy.

RESUMEN

LA ECONOMÍA DEL ESTADO DE RÍO DE JANEIRO: AYER Y HOY

Este artículo tiene como objetivo analizar el proceso de la pérdida de participación del Estado de Río de Janeiro en el Producto Interno Nacional Bruto, en el periodo de 1900-1985. El artículo describe, a partir de hechos determinantes de la economía carioca y fluminense, cómo se delineó el decrecimiento económico y político del Estado de Río de Janeiro y como consecuencia la caída de la participación porcentual de los sectores económicos en el PIBcf de Brasil y el comportamiento de los principales géneros de actividades económicas en el Valor de Transformación Industrial (VTI) del Estado de Río de Janeiro.

Palabras-clave: PIB del Estado de Río de Janeiro, economía regional.